



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: NARRATIVAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thalita Pereira da Silva

Ione da Silva Cunha Nogueira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - PPGEDU/CPTL

O presente artigo é um recorte da pesquisa de pós-graduação em Educação, em fase de desenvolvimento, cuja temática central é a reflexão sobre as práticas virtuais, na Educação Infantil, em uma escola particular, no contexto da pandemia da Covid-19. A justificativa que permite a abordagem desse tema, leva em conta o fato de que as crianças pequenas, enquanto sujeitos e produtoras de culturas, aprendem através das interações e brincadeiras. Esse direito, legitimado, através dos documentos oficiais da Educação Infantil, objetiva garantir o desenvolvimento integral da criança nessa primeira etapa da educação básica. Com a pandemia da COVID-19, algumas escolas, em sua maioria particulares, estão rompendo com essas legislações e propondo um ensino com atividades remotas. Diante desse cenário, a pesquisa, objetiva compreender a maneira como tem sido realizadas as aulas de Educação Infantil em uma escola particular, tendo como base as proposições da Sociologia da Infância. Além disso, buscamos compreender, a partir dos discursos oficiais, as legislações propostas para a Educação Infantil e para o ensino emergencial. A pesquisa tem abordagem dialética, utilizando-se, para a análise e compreensão do tema, da técnica autobiográfica. A partir da técnica adotada, evidenciamos os desdobramentos da pandemia na educação da infância no ano de 2020, a partir das práticas pedagógicas de duas professoras. Os resultados evidenciaram que o ensino virtual para as crianças pequenas é ilegal na sua esfera constitucional e fere as culturas infantis e os direitos das crianças, que devem aprender através das brincadeiras das situações lúdicas de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil, Ensino Virtual, Pandemia, Covid-19, Infâncias.

Problema de Estudo

Desde meados de março de 2020 o mundo vivencia uma situação bastante distinta, ocasionada pelo novo Coronavírus. A pandemia trouxe consigo não apenas novas formas de enxergar as necessidades de prevenção e autocuidado, como também redimensionou as relações sociais devido as novas medidas de isolamento social, que impedem o contato de modo a minimizar o contágio pelo vírus.

No que diz respeito à Educação, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a crise causada pela Covid-19 afetou mais



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



de 90% dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020). O distanciamento social, forçou o fechamento das escolas e o início das atividades por meio do ensino remoto desde as turmas de Educação Infantil até o ensino superior, e com as atividades não-presenciais, pontua-se a questão da qualidade do vínculo afetivo estabelecido entre o professor e o aluno nos ambientes virtuais, o que pode influenciar na permanência/evasão desses estudantes, assim como a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

A discussão acerca da educação em meio ao cenário do COVID – 19 trouxe consigo uma série de problemáticas e questões a serem pensadas, principalmente no que diz respeito aos impactos deste novo modelo na educação das crianças. Dentre as principais preocupações, discute-se o acesso aos meios e aos instrumentos necessários para essa modalidade de ensino e a garantia de um processo significativo como o esperado para a etapa da Educação Infantil.

Diante das medidas de prevenção vislumbradas pela OMS, os desafios impostos pela disseminação do vírus aumentaram e, conseqüentemente, o comum uso de plataformas como o Google Classroom e outras Tecnologias da Informação e Comunicação têm se tornado cada vez mais frequente. Nos últimos meses, essa modalidade de ensino virtual tem sido muito questionada, e embora há aqueles que acreditem no seu papel e potencial frente a educação das crianças, faz-se necessário refletir sobre as metodologias, os planejamentos e as atividades direcionadas à elas.

No presente artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo foco encontra-se justamente em refletir sobre os impactos das práticas remotas na Educação Infantil e na vivência da infância, a partir da narrativa de professores da Educação Infantil.

O interesse pela temática tomou uma proporção maior mediante ao novo cenário vivenciado no ano de 2020, exigindo inúmeros esforços para se pensar a educação da infância em meio a uma pandemia e a necessidade de garantir e assegurar à criança em idade pré-escolar, um ambiente de socialização, no qual possam conviver e aprender mediante diferentes interações, vivenciar suas infâncias, e cujas práticas estejam voltadas a oferecer condições adequadas de desenvolvimento psíquico e social, promovendo a ampliação de suas experiências e conhecimentos por meio do brincar.

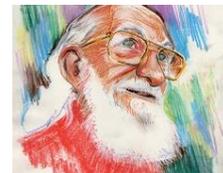


UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



Objetivos

Diante da implementação da modalidade de ensino virtual nas mais diversas regiões do mundo, espera-se que as crianças aprendam e obtenham os mesmos resultados esperados como no presencial. Entretanto, há de se considerar que existam obstáculos, dos quais nos questionamos sobre as metodologias de ensino e planejamento das aulas.

Para a pesquisa, nos preocupou pensar para quem as atividades foram pensadas e planejadas no ano de 2020 e se levaram em consideração às infâncias e às crianças, uma vez que o foco da Educação Infantil deve estar na criança para quem as atividades devem ser pensadas, visando o brincar como importante forma de desenvolvimento e vivência dessa fase.

A justificativa que permite a abordagem desse tema, leva em conta o fato de que as crianças pequenas, enquanto sujeitos e produtoras de culturas, aprendem através das interações e brincadeiras. Com isso, abriu-se o campo da necessidade de compreender como se realizaram as práticas virtuais, na Educação Infantil, no ano de 2020.

A escolha do tema em questão surgiu da experiência como professora e da vivência nessa escola, cujas práticas estão rompendo com as legislações oficiais para a Educação Infantil e propondo um ensino com atividades remotas baseadas em metodologias tradicionais com foco para a antecipação da alfabetização.

O estudo objetivou analisar, a partir dos conceitos da Sociologia da Infância, a maneira como tem sido realizadas as aulas de Educação Infantil em uma escola particular situada no Município de Três Lagoas. Como objetivos específicos infere-se a compreensão dos impactos da pandemia na educação da primeira infância; o reconhecimento da infância e da visão presente na Sociologia da infância e, por fim, a compreensão das práticas e metodologias utilizadas pelos professores durante o ano de 2020.

Referencial Teórico

Tomando como base os referenciais teóricos acerca das concepções de crianças e infâncias, sabemos que muito tempo se passou até que existência desta fosse concebida



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



de forma diferente. Alguns autores como Ariès (1981) e Sarmiento (2005;2008), afirmam que a criança sempre existiu, mas o reconhecimento da infância, enquanto uma fase diferenciada não. O chamado sentimento de infância – atribuído à percepção e consciência da particularidade infantil em relação ao adulto, teria se desenvolvido primeiro nas camadas mais favorecidas economicamente da sociedade dos séculos XVI e XVII.

Ao longo do tempo, diferentes conceitos de infância vêm sendo elaborados. A partir dos processos histórico-sociais, hoje, a criança é vista como um sujeito concreto e ativo dentro de qualquer sociedade.

Segundo Sarmiento (2003;2008), a criança de hoje, de acordo com a visão do ocidente, não pode ser compreendida como paradigma de toda infância ou das infâncias, isso porque, elas são entendidas de formas diferenciadas de se ver e de se tratar. Nesse sentido, essas formas diferenciadas de se ver e de tratar esses seres é o que chamamos de ‘infância’. Assim, as infâncias são as formas de ser criança.

Etimologicamente, em latim, a palavra infância significa in-fans, ou seja, o indivíduo sem fala, com ausência de linguagem. Percebe-se que durante muito tempo a palavra infância representava a concepção da não valorização da criança como ator social e produtor de cultura. Dessa forma, durante séculos, a criança foi considerada como desprovida de qualquer capacidade intelectual, emocional e social, reduzida a um ser sem autonomia.

Desde o século XVIII, a concepção de criança vem sendo modificada lentamente. Em documentos legais atuais no nosso país, a criança é considerada como um ser sócio-histórico e de direitos. A partir de muitas lutas, a atual concepção torna-se amplamente validada nas principais leis e documentos, a começar pela Constituição Federal de 1988. Posteriormente, os documentos legais criados no período de redemocratização do país, validam e especificam esses direitos, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) que dispõe sobre os direitos e a proteção integral da criança e do adolescente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos e pode-se inferir que se constituem como sujeitos históricos e sociais de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivenciam, constroem suas identidades pessoais e coletivas, produzindo cultura.

No entanto, o adultocentrismo, que é a visão da criança como um ser incompleto e prática social que coloca os adultos em uma posição muito mais privilegiada do que as crianças, ainda nos marca, principalmente quando negamos às crianças os seus direitos e o seu papel de protagonistas sociais. Essa visão adultocêntrica, disseminada ao longo de tantos anos, está presente em muitas práticas escolares e no pensamento de sociedades que consideram a creche e a pré-escola como um mero depósito para deixar as crianças pequenas. Nesse perspectiva, a escola não é vista como uma instituição formal e coletiva de aprendizagens diversas, cuja função perpassa por garantir inúmeras experiências às crianças.

Percebe-se, no contato com professores que atuam na Educação Infantil, que as compreensões sobre as crianças e as infâncias mudam, dependendo da concepção que se tem delas, e essas concepções orientam práticas e ações que lhe são dirigidas. Essas diferentes concepções e significados compõem a visão dos professores, e determinam modos de atuação e possibilidades de trabalho.

Nesse sentido, o cotidiano da Educação Infantil é, marcado pela visão que os professores têm sobre as crianças, e isso se revela nas sutilezas das práticas, na organização do espaço e do tempo, nas propostas e nas interações.

Desde meados de março de 2020 o mundo vivencia uma situação bastante distinta, ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus. O distanciamento social forçou o fechamento das escolas e o início das atividades por meio do ensino remoto, desde as turmas de Educação Infantil até o ensino superior e apesar dos inúmeros debates, ainda prevalecem inúmeros questionamentos sobre o papel e os limites das práticas de educação remota e seus impactos na Educação Infantil e na vivência da infância.

Devido ao atual cenário pandêmico, para a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, os professores foram forçados a trocar as aulas presenciais pelas aulas gravadas e apesar de necessário, importantes questões têm sido levantadas a partir das



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



medidas de prevenção e suspensão. Dentre elas, podemos citar o aumento da carga horária de trabalho dos profissionais da educação e principalmente, os impactos dos atuais modelos de ensino remoto na educação da primeira infância.

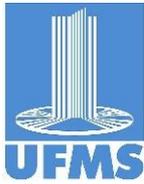
Com a nova reorganização, a pandemia trouxe consigo muitas incertezas e dúvidas, sendo vista pelos profissionais de educação de forma bastante confusa. Frente a esta preocupação, muitos educadores questionaram a forma como aconteceria a aprendizagem diante deste contexto, uma vez que as crianças aprendem, ou deveriam aprender, de forma lúdica.

Conforme a legislação educacional proposta em tempos de pandemia, observa-se que para a Educação Infantil, a orientação para creches e pré-escolas é que os gestores busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis. O documento pontua ainda que, as soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente.

Contudo, se o ensino remoto para a Educação Infantil é ilegal na sua esfera constitucional, questiona-se porque as escolas e em sua maioria as privadas, insistem em manter o ensino remoto para crianças enviando diariamente, uma enorme quantidade de atividades e exigindo a transmissão do conteúdo por parte dos responsáveis, que em sua maioria não tem conhecimento pedagógico para tal. Em outras palavras, o ensino virtual tem resultado em inúmeros conteúdos de aulas sendo ofertados através de vídeos gravados os quais muitos não tem como acessar e/ou estudar, prejudicando todo o processo de aprendizagem.

Em linhas gerais, a forma como vem acontecendo tais aulas remotas, se distanciam das orientações propostas nos documentos oficiais como a LDB 9394/96 e o ECA 8069/90, e ferem o direito da criança enquanto sujeito produtor de cultura e principalmente, violam o seu direito de vivenciar a infância, que se constitui como uma fase muito importante para o desenvolvimento humano.

O ensino remoto para as crianças pequenas é ilegal na sua esfera constitucional e fere os direitos infantis de aprendizagem, que devem ocorrer através das brincadeiras



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



e das situações lúdicas de aprendizagem. Nesse sentido, a educação virtual é inadequada para a Educação infantil, uma vez que para esta etapa, a criança é concebida com como protagonista e em frente à tela, ela é passiva.

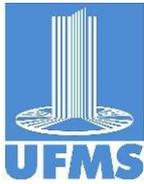
Embora há aqueles que acreditem no papel e potencial do ensino remoto frente a educação das crianças, faz-se necessário refletir sobre as metodologias, os planejamentos e as atividades direcionadas à elas. Nesse sentido, o foco da pesquisa encontra-se justamente na necessidade de garantir e assegurar à criança em idade pré-escolar, um ambiente de socialização, no qual possam conviver e aprender mediante diferentes interações e cujas práticas estejam voltadas a oferecer condições adequadas de desenvolvimento psíquico e social, promovendo a ampliação de suas experiências e conhecimentos por meio do brincar.

Infere-se, que a infância é marcada pelo brincar, que se constitui como uma das práticas culturais das quais o ser humano faz parte. Na Educação Infantil, o desenvolvimento se dá por meio das brincadeiras e do relacionamento das crianças com outras crianças, com os adultos e consigo mesma. Esse desenvolvimento também ocorre no ambiente familiar e a função da escola é diversificar e ampliar as aprendizagens das crianças, direcionando de maneira intencional as atividades, brincadeiras, experiências e a todas as práticas que são propostas na escola.

Nesses termos, por ser o primeiro agente socializador fora do círculo familiar da criança, a escola deve oferecer todas as condições necessárias para que as crianças tenham todas as condições de desenvolvimento, uma vez que se configura como uma instituição que tem como objetivo possibilitar ao educando a aquisição do conhecimento formal e desenvolvimento dos processos do pensamento, tornando-se a base da aprendizagem.

Dessa forma, o brincar deve ser considerado o principal instrumento pedagógico, em especial na educação infantil, uma vez que, nessa faixa etária, a brincadeira é o meio mais significativo para as crianças se desenvolverem, já que se desenvolvem pela experiência social, nas interações que estabelecem, desde o nascimento com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado.

A brincadeira pode proporcionar uma situação privilegiada de aprendizagem infantil, pois ao brincar, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança estão articulados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



aos processos de apropriação do conhecimento que estão em sua cultura, e a Educação Infantil tem a função de promover a construção desses conhecimentos, pois desta construção depende o próprio processo de constituição dos indivíduos que a frequentam.

Metodologia

Afim de atingir aos objetivos propostos, o estudo se pastou na abordagem dialética e metodologia de pesquisa autobiográfica conforme Abrahão (2002).

A escolha pela metodologia de pesquisa autobiográfica se deve à utilização de diversas fontes, tais como narrativas, história oral, fotos, vídeos, filmes, diários e documentos em geral como componentes essenciais na característica do narrador com que o pesquisador trabalha para poder (re) construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão do objeto de estudo, neste caso, na compressão das práticas na Educação Infantil mediante a Covid-19.

De um modo geral, essas narrativas permitem, dependendo do modo como são relatadas, universalizar as experiências vividas nas trajetórias dos informantes. Assim, o método autobiográfico se constitui, dentre outros elementos, pelo uso de narrativas produzidas por solicitação de um pesquisador que aposta na capacidade de recuperar a memória e de narrá-la desde os próprios atores sociais.

Tendo isso em vista, o percurso metodológico realizou-se da seguinte maneira: Solicitou-se as professoras narrativas autobiográficas servindo como guia para o acesso às lembranças-memórias do ano letivo de 2020. Para estruturar previamente as categorias de análise, foi orientado que as narrativas deveriam conter indicativos do modo como as professoras pensavam as crianças, as infâncias e a educação infantil. Além disso, solicitou-se memórias sobre as práticas, metodologias e rotinas virtuais.

Resultados

Diante das narrativas, percebeu-se a (im)possibilidade do brincar nas rotinas das professoras durante a pandemia.

Como pontuado, o brincar é um direito garantido por lei, porém, não se vê, com tanta frequência, essas atividades nas rotinas escolares da Educação Básica, assim como



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



está nos documentos oficiais (LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ECA8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

Desta forma, a partir das análises, foi possível perceber que se em condições normais de aulas presenciais o brincar não é valorizado, em situação de ensino remoto esse direito é totalmente negado, pois quando as crianças possuem oportunidade e condições de participar das aulas online, o foco destas está somente na transmissão de conhecimentos, desprezando o fazer lúdico.

Para além da pandemia, os resultados evidenciaram a importância do olhar docente em oferecer atividades lúdicas durante as aulas. A ressignificação do brincar nas instituições de Educação Infantil, sobretudo por parte dos professores, requer estudo e compreensão de que as práticas pedagógicas tanto presenciais quanto virtuais devem ter como foco o brincar.

A partir das considerações, evidencia-se a necessidade do professor colocar em pauta brincadeiras que possam ser realizadas no ambiente familiar e que possam promover o desenvolvimento integral das crianças, uma vez que os jogos e brincadeiras são meios lúdicos extremamente eficazes e se bem orientados, contribuem para uma aprendizagem significativa. Dessa forma, há a necessidade de se considerar que o trabalho com as crianças em idade pré-escolar deve englobar a ludicidade para a garantia da vivência da infância, e não para a antecipação da alfabetização.

Além disso, a pesquisa também chamou atenção para o grande desafio da educação infantil, que consiste em romper com os ideais de alfabetização precoce presentes em muitos documentos e que impactam nas propostas pedagógicas de muitas pré-escolas e nas rotinas de muitos professores.

Diante ao atual cenário, pensar modelos de qualidade para a educação coletiva de crianças pequenas visando melhores oportunidades de aprendizagem efetiva levanta a questão da necessidade de práticas que favoreçam a autonomia e a participação das crianças conforme os estudos da Sociologia da infância. Em termos gerais, ainda há muito o que se fazer pelas crianças, por isso torna-se necessário garantir creches e pré-escolas a



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



todas as crianças, considerando a construção de propostas, espaços e situações que possibilitem às crianças a construção de significados.

Importante salientar que, o trabalho pedagógico da Educação Infantil requer uma concepção de educação e de um currículo para essa etapa da educação básica. Nesse sentido, o trabalho que deve ser realizado nessas instituições deve ser pedagógico no sentido de realizar-se de maneira planejada, baseando-se na democratização do saber e não na concepção compensatória ou preparatória que comumente observamos no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Isso implica pensar a função social da escola de Educação Infantil para além da concepção de aluno, mas sim voltada para a criança em si, com características e especificidades.

A partir das implicações e estudos da Sociologia da Infância, constatou-se a necessidade de reconfigurar as práticas pedagógicas de modo a possibilitar a construção de um currículo pautado no respeito à criança como protagonista em seu processo de aprendizagem, desenvolvimento e vivência de sua infância. Isso requer valorizar suas falas, interesse, necessidades e produções, e possibilitar o acesso a experiências diversificadas de aprendizagem, tratando-as como agentes de transformação e sujeitos ativos dentro da sociedade.

Evidenciou-se a necessidade de construir espaços, situações e relações que permitam à criança o acesso à cultura através de sua apropriação crítica e que considerem o seu papel na produção e transformação dessa mesma cultura. Desse modo, à luz dos estudos da Sociologia da Infância, faz-se necessário conferir visibilidade à criança, reconhecendo que existem múltiplas infâncias e crianças, as quais vivenciam sua(s) infância(s) de diferentes maneiras de acordo com o contexto social no qual estão inseridas.

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, M. H. M. B. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. História da Educação, n.14, p. 79-95, set 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30223/pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



ARIES, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1992.
_____. Constituição (1988). Constituição da República Federal do
Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho
de 1990. Brasília, 1990. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 30. agosto. 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia
da infância. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago., 2005.

SARMENTO, M.J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Braga:
Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2003.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF,
23/12/1996, p.27.833. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em 10/2/2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 1,
de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação
Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13/4/1999.
Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso
em 25/08/2021.